

**INSTITUTO GNOSIS – PROJETO
SOCIAL COLIBRI**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio social	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Membros da Diretoria Executiva do
Instituto Gnosis – Projeto Social Colibri

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Gnosis (“Entidade”) referentes ao Projeto Social Colibri, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Gnosis – Projeto Social Colibri em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erros.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

Responsabilidade dos auditores independentes (Continuação)

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2022.



JSV Auditoria Independente
CRC RJ-008514/O
Jorge Chaves Lucio
Contador CRC RJ-083.083/O-8

Instituto Gnosis - Projeto Social Colibri

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

	2021		2021
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	3	Fornecedores (Nota 7)	5.828
Adiantamentos (Nota 5)	1.750	Obrigações Trabalhistas (Nota 8)	10.976
	<u>1.753</u>	Obrigações Tributárias (Nota 9)	5.744
			<u>22.548</u>
Não Circulante			
Imobilizado (Nota 6)	11.146	Patrimônio líquido	
	<u>11.146</u>	Patrimônio Social (Nota 11)	(9.649)
Total do ativo	<u>12.899</u>		<u>(9.649)</u>
		Total do passivo	<u>12.899</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Alberto de Resende Tavares Valente
Contador
CRC/RJ nº 041.398/O-3

Miguel Vieira Dibo
Diretor
CPF nº 771.855.957/20

Instituto Gnosis - Projeto Social Colibri

Demonstração de Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

	2021
Receita operacional	
Receitas de Doações recebidas para custeio (Nota 12)	173.786
	<u>173.786</u>
Resultado Bruto	<u>173.786</u>
Despesas Operacionais	<u>(181.762)</u>
Despesas com pessoal (Nota 13)	(70.687)
Despesas com serviços prestados (Nota 14)	(81.312)
Despesas com material de consumo (Nota 15)	(12.156)
Despesas gerais e administrativas (Nota 16)	(17.185)
Despesas com concessionárias	<u>(422)</u>
Resultado financeiro líquido (Nota 17)	(2.411)
Outras Receitas e Despesas	738
	<u></u>
Déficit Líquido do Período	<u>(9.649)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Alberto de Resende Tavares Valente
Contador
CRC/RJ nº 041.398/O-3

Miguel Vieira Dibo
Diretor
CPF nº 771.855.957/20

Instituto Gnosis - Projeto Social Colibri

Demonstração de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

	2021
Déficit do período	(9.649)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do Período	<u>(9.649)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Alberto de Resende Tavares Valente
Contador
CRC/RJ nº 041.398/O-3

Miguel Vieira Dibo
Diretor
CPF nº 771.855.957/20

Instituto Gnosis - Projeto Social Colibri

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

	Patrimônio social	Déficit do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2020	_____	_____	_____
Transferência para Patrimônio Social	-	-	-
Déficit do Período	_____	(9.649)	(9.649)
Em 31 de dezembro de 2021	_____	(9.649)	(9.649)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Alberto de Resende Tavares Valente
Contador
CRC/RJ nº 041.398/O-3

Miguel Vieira Dibo
Diretor
CPF nº 771.855.957/20

Instituto Gnosis - Projeto Social Colibri

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	
Déficit do exercício	(9.649)
	<u>(9.649)</u>
Redução (aumento) nos ativos:	
Adiantamentos	(1.750)
	<u>(1.750)</u>
Aumento (redução) nos passivos:	
Fornecedores	5.828
Obrigações Trabalhistas	10.976
Obrigações Tributárias	5.744
	<u>22.548</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>11.149</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	
Adições de bens ao imobilizado e intangível	<u>(11.146)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(11.146)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>3</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>3</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>3</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Alberto de Resende Tavares Valente
Contador
CRC/RJ nº 041.398/O-3

Miguel Vieira Dibo
Diretor
CPF nº 771.855.957/20

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto Operacional

O Instituto Gnosis foi constituído em 17/11/2008, é uma associação sem fins lucrativos com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido constituída na forma preconizada no Código Civil Brasileiro, e observando os ditames da Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 6.043/2011 e da Lei do Município do Rio de Janeiro nº 5.026/2009 para atuar como Organização Social na Área de Saúde, foi criada para atender os seguintes objetivos:

- a) A prestação de serviço de saúde, incluída a assistência médica, hospitalar e de serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, sempre observada a excelência da atuação, obtida através da aplicação das melhores práticas de gestão em saúde disponíveis no mercado;
- b) A formação de recursos humanos para atuação na área de saúde;
- c) O desenvolvimento do conhecimento voltado as práticas de gestão em saúde, sobretudo através do incentivo a realização de cursos de formação, seminários, palestras e congressos;
- d) Incentivar e, se possível, viabilizar, a publicação de trabalhos próprios e de terceiros e a divulgação de conhecimentos científicos relacionados aos serviços de saúde, por meio eletrônico, de publicação de periódicos, livros, software, CD-ROM e outros recursos;
- e) Firmar parcerias, com órgãos públicos e privados possibilitando o desenvolvimento, aplicação e gerenciamento de novos produtos, métodos e processos educativos, de gestão, e outros na área de saúde;
- f) Desenvolver programas de estágio, estudos, aperfeiçoamento, prêmios, cursos e bolsas de estudo, voltados para estimular o desenvolvimento de tecnologia na área de saúde; e
- g) Firmar contratos e convênios com pessoa jurídica de direito público e de direito privado, nacionais e internacionais, com a finalidade de viabilizar a execução dos objetivos do instituto.

O Projeto Social Colibri executa ações voltadas à promoção em saúde, diagnóstico situacional da população adscrita do território da CAP 4.0 através de visitas domiciliares, consultas de enfermagem e educação continuada junto aos profissionais de saúde que atuam na Atenção Primária.

O Instituto Gnosis através do Projeto Social Colibri visa contribuir com a Atenção Primária, do município do Rio de Janeiro, na garantia do conceito da abrangência em saúde, levando em consideração não apenas as questões biomédicas do adoecimento por doenças crônicas não transmissíveis, mas também o contexto ampliado de saúde dos usuários atendidos pelo projeto, de forma a centrar o cuidado no paciente e em suas necessidades, assegurando a gratuidade em todos os serviços.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, abrangem apenas as operações do Projeto Social Colibri, sob a gestão do Instituto Gnosis.

2.1 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo as disposições da Resolução CFC nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, e consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde o Instituto atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras do próximo exercício

financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 – Provisão para contingências.

e. Data de aprovação das demonstrações financeiras

A autorização de emissão dessas demonstrações financeiras ocorre através de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 30 de novembro de 2022.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível a qualquer momento em um montante conhecido de caixa, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a um ativo.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

d. Apuração do déficit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios e inclui, os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

e. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, em sua totalidade, despesas bancárias.

f. Passivo circulante e não circulante

Reconhecidos no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas.

As notas fiscais dos fornecedores são registradas mediante a aprovação do contratante vinculadas com a apresentação de regularidade fiscal do contratado e validação dos serviços efetivamente prestados.

g. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro do Instituto. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na Nota Explicativa nº 20.

4 Caixa e equivalentes de caixa

		2021
Bancos conta movimento	3	
		<hr/>
		3
		<hr/>

5 Adiantamentos

	2021
Adiantamento a fornecedores	
VR Vidraçaria Eireli	1.750
	<hr/>
	1.750
	<hr/>

6 Imobilizado

Descrição	31/12/2020	Valor	Depreciação	31/12/2021
		residual		residual
Equipamentos de TI	-	2.037	-	2.037
Mobiliario geral	-	6.403	-	6.403
Equipamento medico	-	2.706	-	2.706
	-----	11.146	-----	11.146

7 Fornecedores

2021

VR Vidraçaria Eireli	(3.500)
SPE Invictus Ltda	(2.282)
Outros	(46)
	<hr/>
	(5.828)
	<hr/>

8 Obrigações trabalhistas

2021

Salarios a pagar	(10.976)
	<hr/>
	(10.976)
	<hr/>

9 Obrigações tributárias

2021

INSS sobre folha	(4.279)
FGTS a recolher	(1.124)
IRRF sobre folha	(184)
PIS sobre folha	(157)
	<hr/>
	(5.744)

10 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não figura como ré em demandas judiciais de naturezas diversas referente ao Projeto Social Colibri.

11 Patrimônio Social

Patrimônio social

O patrimônio social incorpora os resultados apurados em cada exercício aprovado pela Assembleia Geral, até o findar do projeto, após, é reconhecido em contas de ativo ou passivo.

Déficit do Período

Registra o valor do déficit do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral para destinação do aumento do patrimônio social até a finalização do projeto, onde posteriormente, será transferido para contas de ativo ou passivo, respectivamente, ou seja, se direito a receber ou obrigação a pagar.

12 Receita operacional

	2021
Receitas de Doações	
Doações recebidas para custeio	173.786
	<u><u>173.786</u></u>

13 Despesas com pessoal

	2021
Ordenados e salarios	(41.008)
INSS	(11.306)
Vale refeição	(7.389)
Vale transporte	(3.865)
FGTS	(3.532)
13º salario	(3.145)
PIS	(442)
	<u><u>(70.687)</u></u>

14 Despesas com serviços prestados

	2021
Serviços prestados PJ	(50.108)
Serviços de advocacia	(25.000)
Manutenção predial	(3.500)
Manutenções gerais	(1.915)
Locação de computadores	(789)
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

15 Despesas com materiais de consumo

	2021
Materiais de manutenção	(9.462)
Materiais de expediente	(1.380)
Medicamentos	(844)
Material de limpeza	(238)
Material de consumo médico	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

16 Despesas gerais e administrativas

	2021
Aluguel de imóveis	(16.477)
Material de limpeza	(301)
Reembolso de despesas	(259)
Material de informatica	(104)
Reembolso de despesas	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

17 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2021, está representado apenas por tarifas bancárias, no montante de R\$ 2.411.

18 Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

19 Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. O Instituto não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos.

A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

20 Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto está exposto aos seguintes riscos:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um contratante ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Instituto e em títulos de investimento.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

c. Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos do Instituto incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Instituto.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

21 Eventos Subsequentes

Em 06 de maio de 2022, foi celebrado convênio do Instituto Gnosis junto ao Município do Rio de Janeiro, por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde para execução de serviços profissionais de saúde em gratuidade por meio do Projeto Social Colibri.

O presente convênio tem por objeto a formalização da pactuação de serviços de saúde do Instituto Gnosis no âmbito do Sistema Único de Saúde na modalidade de gratuidade conforme Lei Complementar nº 187/2021 que trata da concessão e renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

Sendo assim, estabelece-se o papel e a integração do Instituto Gnosis na rede de saúde loco regional, tornando-o um efetivo instrumento na garantia da atenção integral à saúde e acesso ao SUS à população do Município do Rio de Janeiro.

* * *

CARLOS ALBERTO DE RESENDE TAVARES VALENTE
Contador
CRC nº 041.398/O-3

MIGUEL VIEIRA DIBO
Diretor
CPF nº 771.855.957-20